



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

AVENIDA ONÇA PINTADA, Nº 1308, GALO DA SERRA, CEP 69.735-000, PRESIDENTE FIGUEIREDO.

NOTA TÉCNICA 21.2023 – NCC/DEPAD/CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO -
IFAM

PROCESSO: 23443.000216/2023-66

LICITAÇÃO: Pregão nº 04.2023

OBJETO: Contratação dos serviços de apoio administrativos, para as mão de obras, agente de portaria e recepcionista.

Ao Senhor,

MATEUS LIMA

Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos

Manaus (AM), 07 de agosto de 2023

Senhor Pregoeiro,

1. Considerações Gerais

O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de forma contínua de agente de portaria e recepcionista, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 04.2023.

2. Da Análise

A empresa **G ANDRADE GOMES EIRELI (CNPJ: 05.859.296/0001-14)**, apresentou sua proposta para o posto de recepcionista no dia 31/07/2023, as 14:10 horas, no valor de R\$

87.481,12 (oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e doze centavos), com fornecimento de equipamentos e materiais.

Verificou-se que a planilha de custos apresentava o preço-homem mensal no total de R\$ 3.645,05 (três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos), valor mensal R\$ 7.290,09 (sete mil, duzentos e noventa reais e nove centavos) e valor anual de R\$ 87.481,12 (oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e doze centavos).

Ao realizar a análise da composição da planilha de custos, foi verificada distorção na composição dos custos unitário das propostas, conforme itens a seguir:

Item VALE TRANSPORTE - No tocante ao transporte foi ofertado o custo unitário de R\$ 5,00 (cinco reais), contudo, os dias informados foram de apenas 22 e não 26 conforme edital, item 5.1.3:

Para a categoria com carga horária de 44h semanais, em caso de ausência de expediente aos sábados, as horas correspondentes a este dia (4horas), deverão ser compensadas durante a mesma semana, de maneira que o funcionário deverá perfazer 9 (nove) horas diárias, de segunda a quinta, e 8 (oito) horas diárias na sexta-feira.

Dessa forma torna-se necessário a correção do valor proposto:

Formula da empresa = $5 \times 2 \times 22 - (6\% \times 1.515,84) = \text{R\$ } 129,05$

Formula Correta: $(\text{R\$ } 5,00 \times 2 \times 26) - (\text{salário-base} \times 6\%) = \text{R\$ } 160,05$

Conforme art. 10 do Decreto nº 95.247/1987, “o valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião de seu pagamento, salvo estipulação em contrário, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, que favoreça o beneficiário.”

Item - MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

No tocante ao módulo Provisão para Rescisão e Custo de Reposição do Profissional ausente, os valores referente a base de cálculo desses módulos estão incorretas.

Conforme metodologia da Serpes constante nos cadernos técnicos e na planilha modelo disponibilizada no link: [11. Orientações gerais para planilha de custos e formação de preços - Portal de Compras do Governo Federal \(www.gov.br\)](#)

A Serpes determina que o custo do Aviso Prévio Trabalhado corresponde a:

- Remuneração integral;
- Férias, adicional de férias e 13º salário proporcionais;
- Encargos previdenciários e FGTS, inclusive multa sobre o saldo de depósitos;
- Benefícios mensais e diários.

Contudo, a empresa considerou apenas os percentuais em cima da remuneração, desconsiderando os outros itens, logo, quando ocorrer o desligamento, pelo termino do contrato com a Administração, a empresa tem por obrigação de custear os valores excedentes pela exclusão dos itens da proposta.

No que diz respeito ao Aviso Prévio Indenizado não haverá provisão de encargo previdenciário, portanto, visto que trata-se de verba indenizatória, logo sua composição de base de cálculo para aplicação dos percentuais desse módulo, conforme a Serges é:

- Remuneração integral (exceto provisão de horas extras);
- Férias, adicional de férias e 13º salário proporcionais;
- FGTS, inclusive multa sobre o saldo de depósitos;
- Benefícios mensais e diários

Embora a empresa opte por compor a base de cálculo apenas com a Remuneração, este setor orienta que a base de cálculo desses módulos seja composto conforme disposto a seguir:

Base de cálculo do API : Módulo 1 + Módulo 2 - GPS

Base de cálculo Incidência do FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo Multa FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1

Base de cálculo do APT: Módulo 1 + Módulo 2

Quanto ao Módulo 4 – Custo de Provisão do Profissional Ausente, tem-se a seguinte composição:

Os itens do módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências, pela IN 05/2017, esse grupo

foi subdividido em dois submódulo, o submódulo 4.1 – Substituto nas ausências legais e o submódulo 4.2 Intra jornada, a depender da prestação do serviço.

Nesse caso, os cálculos devem considerar os dias para a determinação dos seus custos percentuais. As Férias, que na escala das segundas-feiras às sextas-feiras, representam 22 dias, portanto, seu custo percentual será assim demonstrado:

Dias de Reposição = Incidência Anual x Duração Legal da Ausência x Proporção de Dias afetados

Onde Proporção de dias Afetados = Dias úteis no ano/ dias do ano.

O artigo 43 da CLT elenca as motivações de falta dos empregados ao serviço sem que haja prejuízo na remuneração mensal, desse modo e em conformidade com o acórdão do TCU no. 6.771/09, que faz menção a dados estatísticos do IBGE, o empregado costuma faltar em média 1 dia por ano a esse título.

Licença Paternidade, criada pelo artigo 7º, inc. XIX da CF combinado com o artigo 10, parágrafo 1º do ADCT, que concede ao empregado ausentar-se por 5 (cinco dias) quando nasce o filho, sendo que as empresas privadas que fizerem parte do Programa Empresa Cidadão (programa regulamentado pelo governo em 2010 que possibilita ampliação do prazo de licença maternidade e para seis meses) poderão ter seu direito ampliado por mais 15 dias conforme a lei 13.257/2016.

No que diz respeito a ausências por acidente de trabalho o art. 27 do Decreto no 89.312/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT.

A formula constante no item xx, aplica-se também nos itens xx e xx, desse módulo entende-se que o percentual de aplicabilidade e encontrado através da formula que aplica os dias de licença concedidas no mês sobre os meses do ano, sobre o percentual de incidência. Para cálculo dos demais percentuais devem seguir os mesmos critérios aqui apresentado, levando em consideração o período que o trabalhador fica ausente do serviço e também o percentual de ocorrência durante o ano.

A base de cálculo aplicada é a soma dos Módulos 1, 2 e 3, logo, os itens integrantes do Módulo 4” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço, que possui o direito ao salário, portanto o total da remuneração, mais os direitos do 13º salário e o adicional

de férias, e todos os benefícios sociais e diários, com exceção do vale transporte e vale refeição e mais os uniformes, exames admissionais, periódicos e de missionais e outros custos pessoais que integram os demais insumos.

Considerando que o percentual de ocorrência de ausência do profissional residente quando será necessária a presença de um repositor e o IFAM não possui o histórico das contratações anteriores para estimar tais probabilidades, conforme orienta os cadernos técnicos, foi aceita os percentuais estimados pelas empresas concorrentes.

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 (SEGES)

Embora a empresa opte por omitir ou reduzir os custos dos itens da CCT, o Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário é taxativo ao afirmar a obrigatoriedade da empresa em informar esses custos, **“outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente”**, *in verbis*:

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)**

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(…) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

Os custos indiretos são os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como as despesas relativas a:

- funcionamento e manutenção da sede, tais como aluguel, água, luz, telefone, o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, dentre outros;
- pessoal administrativo;
- material e equipamentos de escritório;
- supervisão de serviços;
- seguros.

É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços: rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário).

A licitante incluiu o custo do programa de qualificação Profissional, sendo que essa rubrica deve estar prevista nos custos da despesa administrativa,

Enquanto que o Lucro é calculado mediante incidência de um percentual sobre o faturamento, para fins de legislação do imposto de renda o lucro pode ser real, presumido ou arbitrado.

Além disso, a planilha de custo apresenta valores nas zonas de atenção para os itens “Custos Indiretos” e “Lucro”, no percentual de 0,50% e 0,50% respectivamente, muito abaixo no cenário mínimo de atenção, conforme estudos da FIA:

A estimativa de lucro utilizada para cálculo dos valores limite derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 6,79% em cenário máximo e 3,90% no cenário de atenção. (Orientações Serges para elaboração da planilha de custos)

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,50%	16,48
B	Lucro antes do Imposto de Renda (IR)	0,50%	16,57
C	Tributos	8,65%	303,14
	C.1. Tributos Federais (COFINS)	3,00%	109,35
	C.2. Tributos Federais (PIS)	0,65%	23,69
	C.3. Tributos Estaduais (especificar)		0,00
	C.4. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	182,25
	TOTAL		348,35

Fonte: Planilha da Licitante

É importante salientar que não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, no entanto, torna-se necessário sanar alguns questionamentos:

- a) A proposta com a margem de lucro apresentada é viável?
- b) Possui outros contratos que rendem receita suficiente para suportar as despesas administrativas dessa nova contratação?
- c) Qual política de ganhos da empresa?

Quanto ao item de materiais a empresa apresentou valores unitários próximos as cotações de mercado estimadas para essa contratação:

UNIFORMES RECEPCIONISTA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL
1	Camisa social em tecido tricoline ou superior, de manga curta e emblema da empresa bordado no bolso superior (com ajustes)	4	85,00	340,00
2	Calça social tipo esporte fino, em tecido microfibra ou tiwei, de boa qualidade com zíper.	4	85,00	340,00
3	Cinto em Couro	4	20,00	80,00
4	Meias na cor preta, de boa qualidade, tipo social.	4	10,00	40,00
5	Sapato de boa qualidade meio alto, de couro 100% tipo scapin ou estilo boneca	2	140,00	280,00
6	CRACHÁ	1	15,00	15,00
7	Livro de Ocorrências	2	15,00	30,00
8	Radio Comunicadores WALK TALK	1	110,00	110,00
TOTAL ANUAL				1.235,00
VALOR UNITARIO NA PLANILHA				102,92

Fonte: proposta da licitante de 31/07/2023.

3. Conclusão

Portanto, a opção da empresa por não adoção das planilha modelo constante disponibilizadas pela IFAM, cabe a ela a responsabilidade de adequação da planilha Modelo constante no ANEXO VII – D da IN 05/2017, atendendo as especificações da metodologia de cálculo Serpes constantes nos cadernos técnicos e estipulados pelo edital, pois a planilha modelo foi criada com a finalidade de facilitar a apresentação da proposta pelas licitantes do Pregão 04.2023, pois já possui as adequações do plano de trabalho da contratação e particularidades do local onde o serviço será prestado.

Além disso, a imperícia apresentada pela licitante na adequação do Modelo constante no ANEXO VII – D da IN 05/2017, quanto particularidades e especificações dessa contratação, constante no Termo de Referência pode levar a desclassificação da empresa, pois embora os erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para não aprovação da proposta, **desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação.**

Diante da necessidade de correção dos itens indicados, além de apresentar distorções no cálculo do vale transporte, e correção da base de cálculo dos Módulos 03 e 04, somos favoráveis pela DESCLASSIFICAÇÃO da planilha de custos analisada, ficando a cargo da comissão a decisão pela desclassificação da proposta ou a abertura de diligências para a correção da planilha e apresentação de justificativas e comprovações em relação ao cenário de atenção apontados nos itens desta nota.

Pois embora, itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecutabilidade, segundo a anexo VII-A, item 9.3 da IN 05/2017 não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta. Orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto aos valores propostos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos custos.

Atenciosamente,

Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos

Contadora - CRC-AM 15379-O

Núcleo de Contabilidade e Custos – Campus Presidente Figueiredo